



Maio/2011

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

### Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Judiciária** **Especialidade Execução de Mandados**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'AB', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

**Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda**

Para Sérgio Buarque de Holanda a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social. Entretanto, conceitos herdados e intelectualismos abstratos impediam a sensibilidade para com o processo do devir. Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira apontava um caminho profícuo para o historiador preocupado em estudar mudanças. Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder, e sempre imbuídas da ideologia dos interesses estabelecidos. Desvendar ideologias implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo voltado para indícios tênues e nuances sutis. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não-determinante, o secundário. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do processo do vir a ser dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência.

Era engajado o seu modo de escrever história. Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira. Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história.

Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada deveria o historiador partir do estudo da urdidura dos pormenores para chegar a uma visão de conjunto de sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais. Aderir à pluralidade se lhe afigurava como uma condição essencial para este sondar das possibilidades de emergência de novos fatores de mudança social. Tratava-se, na historiografia, de aceitar o provisório como necessário. Caberia ao historiador o desafio de discernir e de apreender, juntamente com valores ideológicos preexistentes, as possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que conviviam entre si no processo de formação da sociedade brasileira sem uma necessária coerência.

(Fragmento adaptado de Maria Odila Leite da Silva Dias, **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, pp.15-17)

1. Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador deve valorizar
  - (A) os personagens que tiveram papel preponderante na história nacional, deixando de lado os figurantes a quem é dado muito espaço na historiografia brasileira tradicional.
  - (B) o fragmento e o detalhe, contrapondo-se assim à historiografia brasileira tradicional, que privilegia a totalidade e a síntese.
  - (C) o inacabado e o imperfeito, convergindo para a historiografia brasileira tradicional, que sempre recusou a estabilidade e a permanência.
  - (D) os resultados em lugar do processo, objetivando tornar mais significativas as descobertas da história tradicional feita no Brasil.
  - (E) as ideologias e o papel fundamental que desempenham em todo o processo histórico, muito mais importante que aquele exercido pelos indivíduos.
2. Ao contrapor *conceitos herdados e intelectualismos abstratos*, de um lado, e *a sensibilidade para com o processo do devir*, de outro, a autora afirma a opção de Sérgio Buarque de Holanda
  - (A) pelo pensamento metódico e consagrado em detrimento da observação sempre enganosa dos fatos.
  - (B) pela arte, capaz de despertar os sentidos mais embotados, em detrimento da filosofia, em que a razão invariavelmente predomina.
  - (C) pelo trabalho braçal, palpável e concreto, em detrimento do trabalho intelectual, desvinculado da vida e da realidade.
  - (D) pelo passado, que se pode conhecer em detalhes e de modo seguro, em detrimento do futuro, que não pode ser previsto senão especulativamente.
  - (E) pela apreensão da realidade fugidia e instável em detrimento da teoria inflexível e da especulação vazia.
3. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho ...

O verbo empregado no texto que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está também grifado em:

  - (A) ... a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social.
  - (B) Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala.
  - (C) Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos ...
  - (D) ... sociabilidades, experiências de vida, que por sua vez traduzissem necessidades sociais.
  - (E) Era engajado o seu modo de escrever história.
4. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder ...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

  - (A) eram faladas.
  - (B) foi falada.
  - (C) se falaram.
  - (D) era falada.
  - (E) tinha-se falado.



5. O segmento retirado do texto cuja redação mantém-se correta com o acréscimo de uma vírgula é:
- (A) Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira, apontava um caminho profícuo ...
- (B) Caberia ao historiador, o desafio de discernir e de apreender ...
- (C) Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada, deveria o historiador ...
- (D) Aderir à pluralidade se lhe afigurava, como uma condição essencial para este sondar ...
- (E) Desvendar ideologias, implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo ...

6. *Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.*

A frase acima está corretamente reescrita, preservando-se em linhas gerais o sentido original, em:

- (A) Às formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira voltou-se o historiador Sérgio Buarque, com o intento de elaborá-las.
- (B) Sérgio Buarque, como historiador, dedicou-se à elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e dos processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (C) As formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira o historiador Sérgio Buarque pretendeu dar elaboração.
- (D) Em seu trabalho como historiador, Sérgio Buarque tinha como meta chegar à certas formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.
- (E) O historiador Sérgio Buarque dedicou-se a elaboração de formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade brasileira.

**Atenção:** As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

*A navegação fazia-se, comumente, das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós. Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios durante a tarde e pela manhã, às vezes até o meio-dia, impediam que se prolongasse o horário das viagens.*

*Antes do pôr-do-sol, costumavam os homens arranchar-se e cuidar da ceia, que constava principalmente de feijão com toucinho, além da indefectível farinha, e algum pescado ou caça apanhados pelo caminho. Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.*

*De qualquer modo, era esse alimento tido em grande conta nas expedições, passando por extremamente substancial e saudável. Um dos motivos para tal preferência vinha, sem dúvida, da grande abundância de feijão nos povoados, durante as ocasiões em que costumavam sair as frotas destinadas ao Cuiabá e a Mato Grosso.*

(Adaptado de Sérgio Buarque de Holanda. **Monções**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000, pp.105-6)

7. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:

- (A) *além da indefectível farinha* = sem contar a eventual moagem.
- (B) *feito de véspera* = ritualmente preparado.
- (C) *tido em grande conta nas expedições* = muito caro para as viagens.
- (D) *arranchar-se e cuidar da ceia* = abancar-se e servir o jantar.
- (E) *impediam que se prolongasse* = obstavam que se estendesse.

8. *Quando a bordo, e por não poderem acender fogo, os viajantes tinham de contentar-se, geralmente, com feijão frio, feito de véspera.*

Identificam-se nos segmentos grifados na frase acima, respectivamente, noções de

- (A) modo e consequência.
- (B) causa e concessão.
- (C) temporalidade e causa.
- (D) modo e temporalidade.
- (E) consequência e oposição.

9. Leia atentamente as afirmações a seguir.

- I. O segmento grifado em *as canoas [...] eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós* (primeiro parágrafo) pode ser substituído por **auxiliadas consoante**, sem prejuízo para a correção e a clareza.
- II. Em *Os densos nevoeiros, que se acumulam sobre os rios* (primeiro parágrafo), o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido, por **acumulados**.
- III. A expressão *De qualquer modo*, no último parágrafo, é equivalente a **Em todo caso**.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10. O verbo corretamente empregado e flexionado está grifado em:

- (A) É de se imaginar que, se os viajantes setecentistas antevessem as dificuldades que iriam deparar, muitos deles desistiriam da aventura antes mesmo de embarcar.
- (B) O que quer que os compelisse, cabe admirar a coragem desses homens que partiam para o desconhecido sem saber o que os aguardava a cada volta do rio.
- (C) Caso não se surtisse com os mantimentos necessários para o longo percurso, o viajante corria o risco de literalmente morrer de fome antes de chegar ao destino.
- (D) Se não maldiziam os santos, é bastante provável que muitos dos viajantes maldizessem ao menos o destino diante das terríveis tribulações que deviam enfrentar.
- (E) Na história da humanidade, desbravadores foram não raro aqueles que sobreporam o desejo de enriquecer à relativa segurança de uma vida sedentária.



**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

### **Do homicídio\***

*Cabe a vós, senhores, examinar em que caso é justo privar da vida o vosso semelhante, vida que lhe foi dada por Deus.*

*Há quem diga que a guerra sempre tornou esses homicídios não só legítimos como também gloriosos. Todavia, como explicar que a guerra sempre tenha sido vista com horror pelos brâmanes, tanto quanto o porco era execrado pelos árabes e pelos egípcios? Os primitivos aos quais foi dado o nome ridículo de **quakers**\*\* fugiram da guerra e a detestaram por mais de um século, até o dia em que foram forçados por seus irmãos cristãos de Londres a renunciar a essa prerrogativa, que os distinguia de quase todo o restante do mundo. Portanto, apesar de tudo, é possível abster-se de matar homens.*

*Mas há cidadãos que vos bradam: um malvado furou-me um olho; um bárbaro matou meu irmão; queremos vingança; quero um olho do agressor que me cegou; quero todo o sangue do assassino que apunhalou meu irmão; queremos que seja cumprida a antiga e universal lei de talião.*

*Não podereis acaso responder-lhes: “Quando aquele que vos cegou tiver um olho a menos, vós tereis um olho a mais? Quando eu mandar supliciar aquele que matou vosso irmão, esse irmão será ressuscitado? Esperai alguns dias; então vossa justa dor terá perdido intensidade; não vos aborrecerá ver com o olho que vos resta a vultosa soma de dinheiro que obrigarei o mutilador a vos dar; com ela vivereis vida agradável, e além disso ele será vosso escravo durante alguns anos, desde que lhe seja permitido conservar seus dois olhos para melhor vos servir durante esse tempo. Quanto ao assassino do seu irmão, será vosso escravo enquanto viver. Eu o tornarei útil para sempre a vós, ao público e a si mesmo”.*

*É assim que se faz na Rússia há quarenta anos. Os criminosos que ultrajaram a pátria são forçados a servir à pátria para sempre; seu suplício é uma lição contínua, e foi a partir de então que aquela vasta região do mundo deixou de ser bárbara.*

(Voltaire – **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 15/16. Trad. de Ivone Castilho Benedetti)

\* Excerto de texto escrito em 1777, pelo filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778).

\*\* *Quaker* = associação religiosa inglesa do séc. XVI, defensora do pacifismo.

11. No segundo parágrafo, em sua argumentação contra a pena de morte, Voltaire refuta a tese segundo a qual

- (A) a pena de morte sempre existiu entre os povos, sancionada pelos legisladores mais prestigiados.
- (B) as guerras demonstram que a execução do inimigo é uma prática não apenas legítima como também universal.
- (C) os *quakers* constituem um exemplo de que, surgindo a oportunidade, os medrosos tornam-se valentes.
- (D) os homicídios só podem ser evitados quando os responsáveis por eles renunciam a suas prerrogativas.
- (E) a execução de criminosos, justificável durante uma guerra, torna-se inaceitável em tempos de paz.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O caso dos *quakers* é lembrado para exemplificar a mesma convicção sustentada por outra coletividade, a dos brâmanes.
- II. A pena de talião é refutada por Voltaire porque ele, a par de considerá-la eficaz, julga-a ilegítima e excessivamente cruel.
- III. O caso da Rússia serve a Voltaire para demonstrar que uma pena exemplar, cumprida em vida, é também índice de civilização.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

13. Em relação ao quarto parágrafo, é correto afirmar que Voltaire se vale do seguinte procedimento:

- (A) formula perguntas retóricas, supondo sempre que se deva responder a elas de modo afirmativo.
- (B) imagina os argumentos a que seus leitores poderiam recorrer contra os defensores da pena de talião.
- (C) enumera as razões pelas quais são imorais as vantagens advinentes da aplicação da pena de talião.
- (D) simula mostrar complacência diante do criminoso, para com isso fustigar os defensores da pena de morte.
- (E) tipifica os delitos para os quais se providenciarão a tortura pública e uma reparação pecuniária.

14. Considerando-se o contexto, mostra-se adequada compreensão do sentido de um segmento em:

- (A) *foram forçados a renunciar a essa prerrogativa* (2º parágrafo) = os *quakers* foram obrigados a desistir de qualquer intento bélico.
- (B) *é possível abster-se de matar homens* (2º parágrafo) = não é verdade que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos.
- (C) *que seja cumprida a antiga e universal lei de talião* (3º parágrafo) = cumpra-se: olho por olho, dente por dente.
- (D) *Não podereis acaso responder-lhes* (4º parágrafo) = sereis impedidos de lhes responder ao acaso.
- (E) *seu suplício é uma lição contínua* (5º parágrafo) = é um martírio que se infligem perpetuamente.

15. É correto concluir da argumentação de Voltaire, tomando-se o conjunto do texto:

- (A) Além de ineficaz, a pena de morte impede uma reparação a quem de direito e impossibilita a aplicação de uma pena socialmente exemplar.
- (B) A pena de morte e a pena de talião são bárbaras, ao contrariarem os desígnios divinos e os impulsos da natureza humana.
- (C) É desprezível a ideia da compensação pecuniária por direitos ofendidos, sendo justo promover a indenização apenas pelo caráter pedagógico da medida.
- (D) Não há lição possível a se tirar da pena de talião, por isso os legisladores devem preocupar-se com a reparação financeira que redima o criminoso.
- (E) Os bárbaros adotam a pena de talião, que favorece os criminosos, ao invés de adotarem penas exemplares, que punem a sociedade.



16. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Havendo quem vos pretendam convencer de que a pena de morte é necessária, perguntem onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.
- (B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixará de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.
- (C) Destaca-se, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.
- (D) Embora remontem aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.
- (E) Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais que se aplicam em nome da justiça.
- 
17. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Os argumentos de que devemos nos agarrar devem se pautar nos limites da racionalidade e da justiça.
- (B) Os casos históricos em que Voltaire recorre em seu texto ajudam-no a demonstrar de que a pena de morte é ineficaz.
- (C) A pena de talião é um recurso de cuja eficácia muitos defendem, ninguém se abale em tentar demonstrá-la.
- (D) Os castigos a que se submetem os criminosos devem corresponder à gravidade de que se reveste o crime.
- (E) As ideias liberais, de cuja propagação Voltaire se lançou, estimulam legisladores em quem não falte o senso de justiça.
- 
18. Deve-se **CORRIGIR**, por deficiência estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O tratamento de **vós**, que hoje nos soa tão cerimonioso, ecoa uma época em que se aliavam boa argumentação e boa retórica.
- (B) Voltaire não hesita em lembrar as vantagens reais da aplicação de penas que poupam a vida do criminoso para que pague pelo que fez.
- (C) Como sempre há quem defenda os castigos capitais, razão pela qual Voltaire buscou refutá-los, através de alternativas mais confiáveis.
- (D) Note-se a preocupação que tem esse iluminista francês em escalonar as penas de modo a que nelas se preserve adequada relação com o crime cometido.
- (E) Na refutação aos que defendem a pena de talião, Voltaire argumenta que o mal já causado não se sana com um ato idêntico ao do criminoso.
- 
19. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Os criminosos que tenham ultrajado a pátria seriam forçados a servi-la pelo tempo que se julgava necessário.
- (B) Os que vierem a ultrajar a pátria deveriam ser submetidos a um castigo que trouxera consigo uma clara lição.
- (C) Ninguém seria indiferente a uma vultosa soma que venha a receber como indenização ao delito que o prejudique.
- (D) O próprio criminoso, se mantivesse alguma dose de decência, possa tirar proveito da lição a que seja submetido.
- (E) Sempre houve povos que, por forte convicção, evitaram a guerra, ainda quando fossem provocados.
- 
20. Muitos se dizem a favor da pena de morte, mas mesmo os que mais ardorosamente defendem a pena de morte não são capazes de atribuir à pena de morte o efeito de reparação do ato do criminoso que supostamente mereceria a pena de morte.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) a defendem - lhe atribuir - a mereceria.
- (B) a defendem - atribui-la - lhe mereceria.
- (C) defendem-na - atribui-la - merecer-lhe-ia.
- (D) lhe defendem - lhe atribuir - mereceriam-na.
- (E) defendem-lhe - atribuir-lhe - a mereceria.
- 
- Noções de Gestão Pública**
21. O modelo de administração gerencial no Brasil
- (A) foi introduzido pelo Decreto-Lei nº 200/1967, visando profissionalizar a administração federal, reduzindo o nível de autonomia das empresas e autarquias e implantando o Orçamento de Base Zero.
- (B) foi implementado com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1936, tendo por meta flexibilizar as funções gerenciais nas autarquias federais.
- (C) teve seu auge na segunda metade dos anos 1990, visando ao processo de fortalecimento da responsabilização e autonomia dos níveis gerenciais e tentando implantar a gestão por resultados na administração federal.
- (D) foi um movimento político iniciado no fim dos anos 1980 orientado para a privatização das políticas sociais e fortalecimento dos controles externos formais da administração federal.
- (E) foi introduzido no Brasil através do Programa Nacional de Desburocratização, tendo como meta extinguir a burocracia formal e implantar a burocracia gerencial, voltada exclusivamente para os processos.
- 
22. O principal instrumento para a implantação do Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário, ao qual se refere a Resolução 70 do Conselho Nacional da Justiça, é a
- (A) definição da visão do Poder Judiciário segundo o Plano Estratégico Estadual.
- (B) agilização dos trâmites judiciais e administrativos.
- (C) definição de pelo menos um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.
- (D) definição de metas de longo prazo associadas à missão do Poder Judiciário, segundo o Plano Estratégico Nacional.
- (E) motivação dos magistrados a implantar os objetivos centrais do Poder Judiciário, segundo a definição do Poder Executivo.



23. O Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece como principal medida
- (A) o aumento da formalização na tramitação dos processos governamentais, visando a maior impessoalidade na administração pública federal.
  - (B) a indicação de profissionais do mercado para melhorar o padrão gerencial da administração pública estadual.
  - (C) a redução dos níveis hierárquicos, visando transferir o poder para os escalões inferiores da administração pública federal.
  - (D) a descentralização das atividades-meio, objetivando reduzir o viés autoritário da administração pública federal.
  - (E) a desconcentração administrativa, distinguindo as atividades de direção das de execução.
24. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como objetivo precípuo
- (A) definir metas gerais que devem ser incorporadas aos orçamentos dos anos seguintes.
  - (B) definir metas e prioridades da administração pública federal que devem ser incorporadas pela LOA.
  - (C) revisar a cada cinco anos as diretrizes gerais do governo que devem ser incorporadas aos Planos Plurianuais.
  - (D) limitar os gastos com pessoal e custeio da máquina de acordo com tetos estabelecidos a cada cinco anos.
  - (E) reduzir a descontinuidade do planejamento público, impondo a cooperação entre governos.
25. A definição da visão da organização no planejamento estratégico
- (A) só vale para o curto prazo da organização.
  - (B) configura uma etapa desvinculada da definição da missão da organização.
  - (C) implica necessariamente uma crítica da situação atual da organização.
  - (D) representa aquilo que a organização quer ser num futuro previsível.
  - (E) é um instrumento da reengenharia organizacional.
26. Quando uma autoridade tem competência para editar um determinado ato e pratica-o, mas, nessa operação, afasta-se do fim colimado para perseguir finalidade diversa da visada, configura um caso de
- (A) desvio de poder.
  - (B) incúria administrativa grave.
  - (C) nepotismo.
  - (D) clientelismo.
  - (E) omissão.
27. Na aplicação do método do *Balanced Scorecard* ao planejamento estratégico do Poder Judiciário é essencial
- (A) definir limites de gastos com as reformas previstas nos planejamentos estratégicos setoriais.
  - (B) identificar os processos internos críticos para a realização das necessidades dos cidadãos que acessam a Justiça.
  - (C) definir a missão da Justiça com base na perspectiva do conjunto dos funcionários.
  - (D) subordinar o acesso aos serviços judiciários ao cálculo de custo unitário dos procedimentos.
  - (E) estabelecer procedimentos que não precisam seguir a legislação.
28. Com relação à classificação dos indicadores de gestão, considere as afirmativas abaixo.
- I. Indicadores de produtividade permitem medir a eficiência na aplicação dos recursos para a geração de bens e serviços.
  - II. Indicadores de qualidade visam aperfeiçoar processos e expressam a eficácia na obtenção da conformidade do produto e do processo.
  - III. Indicadores de desempenho são fundamentais para as organizações contemporâneas.
  - IV. Indicadores de resultados são utilizados na monitoração do grau de sucesso dos objetivos perseguidos, que dependem exclusivamente das competências da empresa, visto não serem influenciados por fatores externos.
  - V. Indicadores que não espelhem esforços e metas dos programas internos de melhorias dizem muito pouco à organização.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I e V.
  - (D) II, IV e V.
  - (E) I, III, IV e V.
29. Em organizações complexas, na implantação de mudanças nos objetivos estratégicos em cenários de incerteza, a função de direção deve enfatizar
- (A) a emissão de ordens claras e válidas para o longo prazo.
  - (B) a competição entre os setores operacionais.
  - (C) a motivação dos quadros funcionais para a realização das atividades rotineiras.
  - (D) o exercício da liderança e a coordenação dos setores da organização para a mudança.
  - (E) a prevalência dos procedimentos sobre a liderança.
30. De acordo com a Resolução 49 do Conselho Nacional de Justiça, as informações estatísticas produzidas pelos Tribunais devem ser reunidas e supervisionadas
- (A) pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.
  - (C) pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário.
  - (D) pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) pela Comissão de Estatística e Gestão Estratégica.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Processual do Trabalho**

31. João ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa X. Na audiência UNA designada, as partes celebraram acordo devidamente homologado pelo M.M. juiz de direito. Após 20 dias, João descobriu que havia sido enganado pelo advogado da parte contrária. Assim, João pretende impugnar o termo de acordo celebrado nesta audiência. Neste caso, ele deverá
- (A) impetrar Mandado de Segurança.  
 (B) interpor Recurso Ordinário.  
 (C) ajuizar Ação Rescisória.  
 (D) interpor Agravo de Instrumento.  
 (E) interpor Agravo de Petição.
- 
32. Dioclécia, empregada da empresa X, foi dispensada sem justa causa. Com a rescisão de seu contrato de trabalho, na semana seguinte, ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora. Na data da audiência UNA, Dioclécia não compareceu por ter se confundido com o horário marcado e, sendo assim, o processo foi arquivado. No dia seguinte, seu advogado ajuizou nova reclamação trabalhista. Neste caso, esta nova reclamação trabalhista
- (A) será extinta com julgamento do mérito, uma vez que Dioclécia deveria aguardar o prazo de seis meses para ajuizamento de nova reclamação.  
 (B) será extinta sem julgamento do mérito, uma vez que Dioclécia deveria aguardar o prazo de seis meses para ajuizamento de nova reclamação.  
 (C) será extinta sem julgamento do mérito, uma vez que, em razão de entendimento Sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Dioclécia deveria aguardar pelo menos três dias para o ajuizamento de nova reclamação.  
 (D) será extinta sem julgamento do mérito, uma vez que, em razão de entendimento Sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Dioclécia deveria aguardar pelo menos cinco dias para o ajuizamento de nova reclamação.  
 (E) terá prosseguimento normal, pois para o caso narrado, não há penalidade na Consolidação das Leis do Trabalho.
- 
33. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, apresentada a exceção de incompetência
- (A) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 horas prorrogáveis por igual período.  
 (B) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 horas improrrogáveis.  
 (C) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 horas improrrogáveis.  
 (D) abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 horas prorrogáveis por igual período.  
 (E) o juiz decidirá de plano, sem a manifestação da parte contrária que será intimada da decisão.
- 
34. Em dezembro de 2010, Gabriela ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa Z, dando à causa o valor de R\$ 14.500,00. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e a empresa reclamada interpôs recurso ordinário. Neste caso, o parecer do representante do Ministério Público será
- (A) oral na sessão de julgamento, se este entender necessário tal parecer, havendo, então, registro na certidão de julgamento.  
 (B) escrito, devendo ser apresentado no prazo máximo de trinta dias após a distribuição do recurso, se este entender necessário tal parecer.  
 (C) oral na sessão de julgamento, sob pena de nulidade, em razão da obrigatoriedade imposta ao representante do Ministério Público em manifestar-se nos processos em segundo grau de jurisdição.  
 (D) escrito, devendo ser apresentado no prazo máximo de dez dias após a distribuição do recurso, se este entender necessário tal parecer.  
 (E) escrito, devendo ser apresentado obrigatoriamente no prazo máximo de trinta dias após a distribuição do recurso em razão da necessidade de participação deste representante nos processos em segundo grau de jurisdição.
- 
35. De acordo com Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, em demanda trabalhista ajuizada por pessoa que comprove a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios,
- (A) arbitrados entre 15 e 30%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.  
 (B) nunca superiores a 20%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.  
 (C) nunca superiores a 25%, decorre pura e simplesmente da sucumbência, independente da assistência por sindicato da categoria profissional.  
 (D) arbitrados entre 10 e 30%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.  
 (E) nunca superiores a 15%, não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.
- 
36. Em regra, da decisão do juiz que extingue o processo sem julgamento do mérito em função da ausência de possibilidade jurídica do pedido
- (A) caberá mandado de segurança no prazo de 120 dias.  
 (B) não caberá recurso.  
 (C) caberá recurso ordinário.  
 (D) caberá agravo de instrumento.  
 (E) caberá mandado de segurança no prazo de 30 dias.

**Direito do Trabalho**

37. Os digitadores

- (A) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.
- (B) não se equiparam aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), tratando-se de categorias distintas com direitos distintos, não havendo qualquer analogia relacionada aos períodos de descanso.
- (C) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 5 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.
- (D) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 15 minutos a cada 120 minutos de trabalho consecutivo.
- (E) equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 15 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.

38. Joana, empregada da empresa X, recebeu no dia 1º de Março de 2011 (terça-feira) aviso prévio da rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa. Joana está laborando no período do aviso, por não ser este indenizado, mas ficou com dúvidas a respeito da data da rescisão de seu contrato que constará em sua carteira de trabalho e consultou sua advogada. Esta respondeu que o prazo do aviso prévio

- (A) conta-se, incluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- (B) conta-se, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- (C) não é computado no tempo de serviço e consequentemente não estende a anotação em sua carteira de trabalho, que constará dia 1º de Março de 2011.
- (D) conta-se, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- (E) não é computado no tempo de serviço e consequentemente não estende a anotação em sua carteira de trabalho, porém constará o dia 2 de Março de 2011, pois o dia do recebimento do aviso é considerado dia trabalhado.

39. Considere as assertivas abaixo a respeito do adicional noturno.

- I. O adicional de periculosidade não deve compor a base de cálculo do adicional noturno em razão da vedação da dupla incidência de adicionais.
- II. O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
- III. Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, não será devido o adicional quanto às horas prorrogadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

40. Maria, empregada da empresa X, estava gozando de licença maternidade. Porém, faz 45 dias que terminou o seu benefício maternidade e ela, sem justificativa, não retornou ao serviço. Neste caso,

- (A) não há presunção de abandono de emprego, porque não transcorreu 60 dias do término do seu benefício maternidade.
- (B) presume-se que Maria abandonou o emprego, podendo o seu contrato de trabalho ser rescindido com justa causa.
- (C) não há presunção de abandono de emprego, porque não transcorreu 90 dias do término do seu benefício maternidade.
- (D) não há presunção de abandono de emprego, porque este não é presumível, sendo necessário para sua caracterização que ocorra ato incontestável de nítido caráter de abandonar em sentido estrito.
- (E) não há presunção de abandono de emprego, porque o período para caracterização de abandono de emprego é de 120 dias.

41. Lorival, empregado da empresa X, foi convocado para participar de júri criminal na qualidade de jurado e terá que se ausentar de seu serviço. Bernadete, empregada da empresa Y, ausentar-se-á de seu serviço por dois dias consecutivos para acompanhar o funeral de sua bisavó no interior do Estado. Nestes casos, os contratos de trabalhos serão

- (A) suspensos.
- (B) interrompido e suspenso, respectivamente.
- (C) suspenso e interrompido, respectivamente.
- (D) extinto e interrompido, respectivamente.
- (E) interrompidos.

42. Viviane e Carolina receberam aviso prévio de sua empregadora, a empresa Z, relacionado à rescisão de seus contratos de trabalho por prazo indeterminado. O aviso prévio de Viviane é indenizado e o de Carolina não. Assim, o pagamento relativo ao período de

- (A) ambos os avisos estão sujeitos à contribuição para o FGTS.
- (B) apenas o aviso prévio de Viviane está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (C) apenas o aviso prévio de Carolina está sujeito à contribuição para o FGTS.
- (D) ambos os avisos estão sujeitos à contribuição para o FGTS, mas a contribuição do aviso de Viviane é pela metade.
- (E) ambos os avisos estão sujeitos à contribuição para o FGTS, mas a contribuição do aviso de Carolina é pela metade.

**Direito Civil**

43. Considera-se, dentre outros, bem imóvel:

- (A) a energia térmica.
- (B) a energia elétrica.
- (C) o direito autoral.
- (D) o direito hereditário.
- (E) o direito de patente.

44. Num negócio jurídico, a parte a quem aproveitaria o seu implemento, forçou maliciosamente a ocorrência de condição. Nesse caso,

- (A) reputa-se verificada a condição.
- (B) considera-se não implementada a condição.
- (C) o negócio jurídico é nulo para todos os efeitos legais.
- (D) o negócio jurídico é anulável.
- (E) a verificação da condição será retardada em 90 dias.





45. Apesar de ser notória a sua insolvência, Paulo vendeu um terreno a Pedro por valor inferior ao preço de mercado. Nesse caso,
- (A) se Pedro ainda não tiver pago o preço, para conservar o bem, poderá depositar em juízo o valor que pagou pelo terreno, com a citação de todos os interessados.
- (B) o negócio será nulo de pleno direito, independentemente do pagamento do preço pelo comprador.
- (C) o negócio será nulo de pleno direito, se o pagamento do preço pelo comprador ainda não tiver sido feito.
- (D) se Pedro ainda não tiver pago o preço, para conservar o bem, poderá depositar em juízo o valor real do terreno, com a citação de todos os interessados.
- (E) a transação não será anulável, respondendo Paulo pelas perdas e danos causadas aos credores.

46. Os contratos atípicos
- (A) são anuláveis, mesmo se os que os pretendam celebrar sejam capazes e o objeto seja lícito e possível, se a forma não estiver prescrita em lei.
- (B) são nulos de pleno direito, mesmo que os pretendam celebrar sejam capazes e o objeto seja lícito e possível, porque a forma não é prescrita em lei.
- (C) são válidos, desde que os agentes que os pretendam celebrar sejam capazes, o objeto seja lícito e possível e a forma não seja defesa em lei.
- (D) só têm validade se os que pretendam celebrar sejam capazes, o objeto seja lícito e possível e tenha havido prévia homologação judicial.
- (E) só têm validade se os que pretendam celebrar sejam capazes, o objeto seja lícito e possível e tenha havido prévia aprovação pelo Ministério Público.

#### Direito Processual Civil

47. A capacidade processual
- (A) é o poder atribuído ao juiz para solucionar o conflito de interesses entre o autor e o réu.
- (B) é causa de nulidade insanável, não podendo o juiz assinar prazo para a sua regularização.
- (C) é a aptidão profissional para atuar em juízo, como representante da parte.
- (D) não é pressuposto de validade do processo.
- (E) é inerente a toda pessoa maior e capaz, com plena capacidade de exercício dos atos da vida civil.
48. A respeito da suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:
- (A) Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando as partes transigirem.
- (B) Suspende-se o processo quando for oposta exceção de incompetência do juiz, da câmara ou do tribunal.
- (C) Suspende-se o processo quando o juiz acolher a alegação de perempção ou litispendência.
- (D) Extingue-se o processo, com resolução do mérito, quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- (E) Extingue-se o processo, com resolução do mérito, quando o juiz indeferir a petição inicial.

49. João é credor de José e ajuizou contra o mesmo ação de cobrança, tendo a sentença líquida, pendente de recurso, condenado o devedor ao pagamento de quantia em dinheiro. José, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, sem ficar com algum, livre e desembaraçado, equivalente à dívida que foi objeto da sentença. Nesse caso, João deverá ajuizar a medida cautelar de
- (A) busca e apreensão.
- (B) sequestro.
- (C) produção antecipada de provas.
- (D) arresto.
- (E) exibição.

50. A respeito da ação rescisória, considere:
- I. Quando a ação for proposta pelo Ministério Público Federal, a União deverá depositar a importância de 5% do valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- II. O terceiro juridicamente interessado tem, dentre outros, legitimidade para propor a ação.
- III. O direito de propor ação rescisória é imprescritível e não se extingue, podendo ser exercido pelos sucessores da parte prejudicada pela sentença ou acórdão.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

#### Direito Constitucional

51. Homero obteve a cidadania brasileira, após processo de naturalização, porém seu país de origem, Jamaica, requereu ao Brasil sua extradição por crime comum. Segundo a Constituição Federal, sua extradição só será concedida no caso
- (A) de crime de opinião praticado antes do processo de naturalização.
- (B) de crime político praticado antes do processo de naturalização.
- (C) do delito ter sido praticado antes da naturalização.
- (D) de crime político praticado depois do processo de naturalização.
- (E) de crime de opinião praticado depois do processo de naturalização.
52. Cassio tomou conhecimento que a praça pública próxima à sua residência será fechada por interesses escusos, posto que no terreno, cuja propriedade foi transferida ilegalmente para o particular, será erguido um complexo de edifícios de alto padrão, que beneficiará o Prefeito Municipal com um apartamento. Segundo a Constituição Federal, visando anular o ato lesivo que teve notícia, Cassio poderá propor
- (A) ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) mandado de injunção.
- (C) mandado de segurança.
- (D) *habeas data*.
- (E) ação popular.



53. A infração político-administrativa, definida em Lei, praticada pelo Presidente da República no desempenho da função que atente contra o livre exercício dos Poderes do Estado é classificada de crime
- (A) comum.  
(B) de responsabilidade.  
(C) ditatorial.  
(D) hediondo.  
(E) ordinário.
54. Benedito, militar alistável, com menos de dez anos de serviço, deseja concorrer ao cargo de vereador nas eleições Municipais, porém, para ser considerado elegível,
- (A) será colocado à disposição, com remuneração até as eleições, e, se eleito, assim permanecerá até o término do seu mandato, mas, se não for eleito, retornará a atividade.  
(B) será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.  
(C) deverá continuar em atividade e, se eleito, será agregado pela autoridade superior, sendo colocado à disposição, até o término do seu mandato.  
(D) deverá afastar-se da atividade.  
(E) será colocado à disposição, sem remuneração até as eleições, e, se eleito, assim permanecerá até o término do seu mandato, mas, se não for eleito, retornará imediatamente à atividade.
55. Os direitos sociais previstos na Constituição Federal têm características de normas
- (A) funcionais e amplificativas.  
(B) passivas e restritivas.  
(C) imperativas e invioláveis.  
(D) análogas e restritivas.  
(E) centrífugas e amplificativas.
- Direito Administrativo**
56. Considere as seguintes assertivas sobre as licenças dos servidores públicos civis federais, nos termos da Lei nº 8.112/1990:
- I. A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença para atividade política, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de dois meses.  
II. A licença poderá ser concedida ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro por até trinta dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até sessenta dias, consecutivos ou não, sem remuneração.  
III. A critério da Administração poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.  
(B) II e III.  
(C) I e II.  
(D) II.  
(E) III.
57. Constitui ato de improbidade administrativa previsto especificamente no artigo 10, da Lei nº 8.429/1992, isto é, ato causador de prejuízo ao erário:
- (A) frustrar a licitude de processo licitatório.  
(B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas.  
(C) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.  
(D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.  
(E) utilizar, em obra ou serviço particular, o trabalho de servidores públicos da União.
58. Analise as características abaixo.
- I. Personalidade jurídica de direito público.  
II. Criação por lei.  
III. Capacidade de autoadministração.  
IV. Especialização dos fins ou atividades.  
V. Sujeição a controle ou tutela.
- Trata-se de
- (A) empresa pública.  
(B) fundação.  
(C) autarquia.  
(D) sociedade de economia mista.  
(E) órgão público.
59. No que se refere à autorização de serviço público, é correto afirmar:
- (A) Trata-se de ato precário, podendo, portanto, ser revogado a qualquer momento, por motivo de interesse público.  
(B) Trata-se de ato unilateral, sempre vinculado, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público de sua titularidade, para que o particular o execute predominantemente em seu próprio benefício.  
(C) O serviço é executado em nome do autorizatário, por sua conta e risco, sem fiscalização do Poder Público.  
(D) Trata-se de ato unilateral, discricionário, porém não precário, pelo qual o Poder Público delega a execução de um serviço público, para que o particular o execute predominantemente em benefício do Poder Público.  
(E) Trata-se de ato que depende de licitação, pois há viabilidade de competição.
60. O Jurista José dos Santos Carvalho Filho apresenta o seguinte conceito para um dos princípios dos serviços públicos: *Significa de um lado, que os serviços públicos devem ser prestados com a maior amplitude possível, vale dizer, deve beneficiar o maior número de indivíduos. Mas é preciso dar relevo também ao outro sentido, que é o de serem eles prestados, sem discriminação entre os beneficiários, quando tenham estes as mesmas condições técnicas e jurídicas para a fruição.* Trata-se do princípio da
- (A) modicidade.  
(B) continuidade.  
(C) eficiência.  
(D) generalidade.  
(E) atualidade.